INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA

ELLEN PRISCILA PONTES

EDUCAÇÃO INFANTIL: DA TEORIA À PRÁTICA

GUARATUBA

2020

ELLEN PRISCILA PONTES

EDUCAÇÃO INFANTIL: DA TEORIA À PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade Artigo Científico - apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe - como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

Professora Mestre da disciplina: Rosilda Maria Borges Ferreira.

Orientadora: Professora Mestre Karyna Brunetti Lucinda.

GUARATUBA

2020

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DE PEDAGOGIA – ANO 2020

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 19h40, em ambiente virtual por meio de videochamada do Google Meet, durante o X Encontro Científico do Litoral Paranaense promovido pela Faculdade do Litoral Paranaense ISEPE - Guaratuba, situada na Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres, 101, Piçarras, nesta cidade de Guaratuba-PR, realizou-se a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica: **ELLEN PRISCILA PONTES,** intitulado **"EDUCAÇÃO INFANTIL: DA TEORIA À PRÁTICA"** apresentado à Banca Examinadora, composta pelos Professores identificados abaixo.

Após a apresentação e arguições, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos no regulamento de trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade Artigo Científico e que foram devidamente observados pelos membros da Banca, concluindo-se pela **APROVAÇÃO** da acadêmica com nota: **9,0** (NOVE).

Nada mais havendo a relatar, eu, Professora Trindade dos Santos de Freitas, *coordenadora do Curso de Pedagogia*, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, e por todos os demais integrantes da banca examinadora.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA
Credenciada pela Portaria Nº 3.875/2002 - MEC
Publicado no Diário Oficial da União em 27/12/2002

Guaratuba, 05 de novembro de 2020.

Trindade dos Santos de Freitas
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Professora Orientadora: Karyna Brunetti Lucinda

Avaliador 1: Trindade dos Santos de Freitas

Avaliador 2: Rosilda Maria Borges Ferreira

Acadêmica: Ellen Priscila Pontes

ISEPE

TERMO DE APROVAÇÃO

A acadêmica **ELLEN PRISCILA PONTES** apresentou e defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso – na modalidade Artigo Científico - intitulado **"EDUCAÇÃO INFANTIL: DA TEORIA À PRÁTICA"**, para a obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia, sendo julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora do Curso de Pedagogia.

Guaratuba, 05 de novembro de 2020.

TS Freitas

Professora Especialista: Trindade dos Santos de Freitas

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Apresentado à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:

Karyna B. Lucinda

Professora Mestre Karyna Brunetti Lucinda

Orientadora e Avaliadora

Ferreira

Professora Mestre Rosilda Maria Borges Ferreira

Avaliadora

TS Freitas

Professora Especialista Trindade dos Santos de Freitas

Avaliadora

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA
Credenciada pela Portaria Nº 3.875/2002 - MEC
Publicado no Diário Oficial da União em 27/12/2002

EDUCAÇÃO INFANTIL: DA TEORIA À PRÁTICA

Autora[1] Ellen Priscila Pontes
Orientadora[2] Karyna Brunetti Lucinda

RESUMO
O presente trabalho teve como objetivo verificar qual a contribuição da teoria para a prática pedagógica, tendo como foco os indicativos necessários para ocorrer uma Educação Infantil de qualidade, visando à formação do professor e os recursos necessários. Foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e de campo, onde se utilizou um questionário, entregue para 6 professoras da Rede Municipal de Guaratuba - PR, para se observar se as informações contidas nos documentos analisados estavam sendo aplicadas no dia-dia do professor, pois através da pesquisa bibliográfica ficou evidente a importância de alguns elementos para se possa ofertar uma Educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Indicadores; Formação; Qualidade;

1 INTRODUÇÃO

O tema ‘Educação Infantil: da teoria à prática’ refere-se à reflexão sobre o conhecimento e a didática no contexto escolar, bem como a importância da educação para o desenvolvimento da criança. A partir da teoria, do conhecimento, os professores devem ter as condições necessárias para estabelecer o seu fazer pedagógico, uma vez que não há prática pedagógica sem um embasamento teórico. Nesse contexto, questiona-se quais indicativos são necessários para se desenvolver uma Educação de Qualidade na Educação Infantil?

O embasamento teórico proporciona fundamentação referente aos saberes necessários para uma boa prática do ensino, ou seja, uma didática adequada para o nível que está atuando. Mas para que isso ocorra de forma correta é preciso que o professor busque propostas pedagógicas que levem em conta a realidade das crianças e de suas famílias, o que torna a ação educativa um desafio para os educadores. Acredita-se que além da formação continuada e a busca por novas metodologias, se faz necessária uma estrutura física, pessoal e material.

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de investigar os recursos físicos, pessoal, pedagógico e materiais indicados para o desenvolvimento da aprendizagem

[1] Aluna do 8 período do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe.
[2] Orientadora e Professora do Instituo Superior de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe.

do aluno na Educação Infantil e quais os saberes necessários para os professores que estão em sala de aula. A escolha desse tema surgiu por situações vividas pela pesquisadora, no qual pôde observar que a sua formação acadêmica não correspondia com a realidade, ou seja, a teoria que construiu não condizia com a prática observada. Desse modo, busca-se compreender por que essa diferença ocorre, pois entende-se que é na educação infantil que se inicia o desenvolvimento global da criança, pois é nesse contexto que o aluno começa a construir sua base teórica e prática para seu desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo.

Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo geral verificar qual a contribuição da teoria para a prática pedagógica, tendo como foco os indicativos necessários para ocorrer uma Educação Infantil de qualidade, visando à formação do professor e os recursos necessários. E como objetivos específicos analisar os recursos indicados para a Educação Infantil; realizar uma revisão bibliográfica e compreender sobre a formação do professor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para iniciar a construção de uma linha do tempo retratando a história da Educação Infantil, se faz necessário compreender o que significa Educação Infantil.

De acordo com (PROINFANTIL, 2005), a Educação Infantil pode ser compreendida de forma ampla, podem estar ligadas a todas as vivências educativas da criança pequena, seja ela em seu núcleo familiar como em comunidade, porém enfatizaremos a Educação vivenciada em instituições educacionais.

Iniciaremos nossa linha do tempo relatando a visão que a sociedade tinha sobre a criança a partir da idade Média (séculos XIV, XV), onde de acordo com Frabboni (1998), "a criança era considerada um adulto em miniatura, deste modo este período foi chamado de “a ‘Criança-Adulto’ ou Infância Negada”, período em que a criança era ignorada e vivia à margem da sociedade, ou seja, não tinham lugar nem vez. Seu universo era restrito ao mundo adulto e lhes era negado o direito de ser criança, sendo muitas vezes utilizada como forma de diversão, como se fossem bichinhos de estimação, fato esse denominado por Ariès (1973) de ‘paparicação’.

Após o período citado temos outro marco histórico como o período da Revolução Industrial, séculos XVI e XVII, neste período podemos observar uma mudança na relação da família com a criança, onde a criança deixa de ser vista como

um adulto em miniatura e passa a ser vista como "criança" que necessita de afeto e cuidado, apontando que a criança fazia parte da continuidade familiar (KRAMER, 1987).

No período industrial surge a necessidade de as famílias terem onde deixar seus filhos para trabalhar, visto que a mão de obra da figura feminina passou a ser utilizada nas fábricas. Então são criadas as creches e os jardins de infância. Historicamente estas instituições tinham os atendimentos direcionados para diferentes classes sociais e para diferentes faixas etárias. Kuhlmann Jr. (2011) destaca que a creche foi criada para atender os bebês de mães trabalhadoras, tanto na Europa como no Brasil, não no mesmo período, mas em tempos distintos.

A conquista dessas instituições de ensino são fruto dos movimentos operários que ganham força através de encontros, discussões e reivindicações de melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos. Nesse contexto, Oliveira (1992) explica:

> Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Com essa revolução dos operários, os donos das fábricas viram que era mais vantajoso para eles atenderem a vontade das operárias, pois assim produziam mais, uma vez que estavam satisfeitas com o atendimento de seus filhos nas creches, escolas maternais e jardins de infância.

As creches foram a primeira grande conquista da Educação Infantil, pois a partir deste momento foram implantadas legislações que orientavam e direcionavam os direitos e deveres das famílias e do Estado para com as crianças.

2.2 LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A primeira legislação que podemos citar referente à Educação é a promulgação da Constituição de 1988, que conforme o Art. 227 considera as crianças como sujeitos de direitos. Para Guimarães (2011, p. 30): “[...] direito à vida, saúde, alimentação,

educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária". Dessa forma, de objeto de tutela para sujeito de direitos, de apenas crianças para cidadãos de pouca idade.

Em relação à Educação, a Constituição Federal de 1988 completa:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988 p. 123)

Após a Constituição de 1988, tivemos a implantação da LDB nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) que dividiu a educação infantil em creche e pré-escola. Entretanto, afirma que ambas têm a mesma função de cuidar e educar, eliminando divisão que rotulava a creche como exclusiva do cuidado e a pré-escola, responsável pela educação (BRASIL,1996). Apesar dessa divisão e dos avanços da legislação da educação infantil, ainda temos várias dificuldades na instrução de professores para essa faixa etária.

Nesse contexto, a LDB tem como finalidade o desenvolvimento infantil conforme os Artigos:

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
> Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:
> I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
> II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.
> Art. 31ºA educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
> II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
> III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
> IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

> V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996, p. 22)

E para completar, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências: “Art. 6° – É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”, (BRASIL, 1996, p. 11).

A intenção dessa mudança foi para reestruturar a educação básica que passou para a seguinte organização: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Antes da mudança na Constituição, o ensino fundamental era a única etapa escolar obrigatória e, agora, segundo o Art. 4° da Lei no 12.796, prevê “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

Para complementar as legislações vigentes são propostas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) um dos principais objetivos deste documento é apresentar referências para orientar o trabalho pedagógico, visando auxiliar nas práticas pedagógicas de qualidade, para promover o exercício da cidadania das nossas crianças. Promovendo discussões, pesquisas e socializando informações. Este documento respeita a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira, ou seja, é um documento flexível que auxilia e complementa as propostas curriculares.

Atualmente foi implantado um novo documento de orientação, sendo denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), onde seu principal objetivo é promover mais igualdade e equidade nos processos educacionais, tanto públicas quanto privadas, buscando garantir que todos os estudantes terminem a Educação Básica desenvolvendo suas aprendizagens essenciais de forma global, respeitando as peculiaridades de cada um.

Este documento classifica as crianças em: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, a partir desta classificação são estabelecidos os direitos de aprendizagens, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Para garantir estes direitos a BNCC organiza 5 campos de experiências: O eu, o outro e nós; corpo gesto e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. A partir desses campos de experiência, a BNCC propõe os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, tendo foco nas habilidades que devem ser

desenvolvidas em nossas crianças, ou sejas, a BNCC estabelece um direcionamento do que deve ser trabalhado em sala de aula. A intenção é diminuir as discrepâncias do que é ensinado nas instituições de ensino no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) auxilia na implantação de um planejamento curricular abrangendo todas as etapas da Educação Infantil, não exclui a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), nem substitui, porém, um dos seus focos são os objetivos de aprendizagem, de como a criança aprende, no intuito de que a criança aprenda por meio de suas vivências.

Tanto as legislações vigentes como os documentos norteadores nascem a partir de movimentos sociais, participação da classe dos professores, com a intenção de normatizar e orientar o seu trabalho pedagógico, sendo que a formação do professor é um elemento fundamental para que possam obter uma qualidade na Educação brasileira.

2.3 FORMAÇÃO E SABERES NECESSÁRIOS PARA A DOCÊNCIA.

A profissão do professor requer uma formação plena, para que possa atender a diversidade encontrada em sala de aula e se situar em sua missão de mediar o ensino e aprendizagem, a fim de contribuir para um desenvolvimento pleno, visando à autonomia de seus alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais em seu artigo 13 destaca que a formação de professores deve garantir:

> [...] a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional (BRASIL, 2013, p. 28).

Além de o professor precisar promover a mediação para a construção do conhecimento, é necessário que possa compreender quem são seus alunos e identificar as suas necessidades, sejam relativas aos afetos e emoções, aos cuidados corporais, de nutrição e saúde, sejam relativas às aprendizagens escolares ou de socialização, tendo como base as vivências, contexto e cultura de cada aluno, visando a uma escola inclusiva (BRASIL, 2000).

Percebemos que os professores acabam adquirindo seus conhecimentos através da trajetória, ou seja, da experiência adquirida com o passar dos tempos.

Sabemos que os professores devem ter conhecimentos necessários para trabalhar com educação infantil, mas que conhecimentos seriam esses?

Com esses questionamentos, traçamos uns estudos com o objetivo de investigar os saberes docentes presentes na prática pedagógica de professoras da educação infantil no intuito de verificar os conteúdos trabalhados em sala de aula se têm em suas propostas pedagógicas os resultados que atinjam as crianças.

Sabemos que passar o conhecimento para as crianças da educação infantil é mais que difícil, pois o professor precisa ter domínio do que vai ensinar tendo um repertório lúdico compreendendo o desenvolvimento infantil e principalmente respeitar a cultura, o saber já vindo com aluno.

Franco (2008) citado por Lacerda; Mak (2015) afirma que a prática pedagógica é dever do professor enquanto sujeito histórico e social, ou seja, ele deve ter a autonomia de escolher o conhecimento adquirido, tendo a teoria e a prática do conhecimento. Já Tardif (2002) citado por Lacerda; Mak (2015) afirma que os conhecimentos, a formação profissional e os saberes curriculares e disciplinares dos professores são muito fracos, limitado sendo necessário compreender que eles são os agentes produtores do conhecimento e devem estar sempre atualizados para assim ensinar.

Para Shulman (2005) citado por Lacerda; Mak (2015) afirma que para ser professor deve-se dominar uma base de conhecimentos para o ensino que estruture, profissionalize a prática do processo ensino e aprendizagem.

Os desafios entre a teoria e a prática sempre irão existir, mas cabe ao professor fazer sempre uma autoavaliação da sua prática pedagógica. Assim, o professor que trabalha na Educação Infantil deve usar os diversos conhecimentos e saberes adquiridos com a teoria e prática em sua trajetória educacional. Portanto, o educador precisa se preparar e se atualizar a cada dia para estar em sala de aula.

2.4 RECURSOS ADEQUADOS PARA SE TER UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE.

A Educação Infantil é vista como a primeira fase de desenvolvimento da criança, neste sentido é necessário proporcionar experiências de vida de qualidade que promovam avanços em todos os aspectos: afetivo, social, intelectual e físico.

Para iniciar esta discussão se faz necessário compreender o conceito de qualidade e Educação. Demo fala que a:

> Qualidade com autonomia dos sujeitos envolvidos em todo o processo e outros fatores inerentes ao mesmo, como responsabilidade, compreensão do local, organização coletiva, reflexão e conscientização da participação política na instituição educacional. Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade, porque representa a estratégia básica de formação humana. —Educação não será, em hipótese alguma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar (DEMO, 1994, p. 20).

Desse modo, a qualidade na Educação necessita de vários elementos. Para Coleto (2014), a qualidade na educação reúne vários elementos sociais, sendo eles: os pais, professores, alunos, equipe pedagógica, ou seja, toda a comunidade escolar.

Para Gadotti (2013), a qualidade na educação está ligada ao bem viver, a partir do contexto de cada um. A qualidade não pode ser boa se a qualidade dos professores, dos alunos e dos pais forem ruins. Na Educação, a qualidade se refere a dar sentido às situações, para auxiliar na tomada de decisões, adquirir habilidades e competências necessárias. "Qualidade não se mede só pela reprodução de conteúdo, mas pela criação de conhecimentos e esta se conquista pela pesquisa, pela leitura, pela reflexão” (GADOTTI, 2013, p. 2).

Nesse sentido, a qualidade na Educação vai além dos cuidados com alimentação, higiene, pois está ligada à formação inicial e continuada do professor, aos recursos físicos e materiais, e à participação ativa dos membros da comunidade escolar.

De acordo com coleto (2014), não podemos nos preocupar apenas com a alimentação e com os cuidados de higiene e segurança, precisamos ter clara a intenção pedagógica pautada na qualidade das relações, desafios e no conhecimento que o professor possui sobre o desenvolvimento infantil, relacionado ao seu contexto e necessidades para que possa garantir que as experiências e rotinas diárias sejam ricas em possibilidades educativas.

Em 2009, o Ministério da Educação construiu um documento denominado "Indicadores da Qualidade na Educação Infantil", este documento caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, visando a práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e auxiliem na construção de uma sociedade mais democrática. Para tanto, o documento apresenta parâmetros em forma de indicadores operacionais.

> Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo. Para saber se a economia do país vai bem, usamos como indicadores a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando; a inflação mais baixa no último ano diz que a economia está melhorando). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da instituição de educação infantil em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões. (BRASIL, 2009, p.15)

A partir da compreensão sobre o conceito de indicadores, é necessário compreender que para utilizar estes indicadores, se faz necessário mobilizar a comunidade escolar para participar de uma futura avaliação sobre a qualidade da instituição.

> Este instrumento foi elaborado com base em aspectos fundamentais para a qualidade da instituição de educação infantil, aqui expressos em dimensões dessa qualidade, que são sete: 1 – planejamento institucional; 2 – multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social (BRASIL, 2009, p. 20).

De acordo com o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (IQEI), 2009, a primeira dimensão se caracteriza no Planejamento Institucional, onde se faz necessário consolidar a proposta pedagógica, acompanhar o planejamento e a avaliação e por fim registrar a prática educativa. No quesito Multiplicidade Experiências e Linguagens se refere à construção da autonomia da criança, relacionamento entre crianças e ambiente natural e social, as diferentes linguagens como forma de expressão, diversificação das experiências ligadas à linguagem oral e escrita, e valorizar as diferenças a partir da cooperação e o reconhecimento da sua identidade. A terceira dimensão está relacionada à interação que visa ao respeito à dignidade, ao ritmo de cada criança, sua identidade, desejos e interesses, sua interação com outras crianças. No elemento Promoção da Saúde, indica uma alimentação saudável, limpeza, salubridade, conforto e segurança a todas as crianças. Na dimensão relacionada aos Espaços, Materiais e Mobiliários, deve-se observar se os espaços e mobiliários que favorecem experiências. Materiais variados e acessíveis, que despertem o interesse e atendam às necessidades das crianças. A sexta dimensão se refere à Formação do Professor e Condições de Trabalho das professoras e demais funcionários, com o intuito de observar a formação inicial, continuada e condições de trabalho. E por fim a última dimensão questiona a

Cooperação e Troca com as Famílias e a Participação na Rede de Proteção Social que indica o respeito e acolhimento, garantia de os direitos das famílias acompanharem a vida escolar do seu filho e participar da Rede de Proteção aos direitos das crianças.

Essas dimensões relacionadas no documento IQEI (2009), devem ser discutidas amplamente com toda a comunidade escolar, e sugere-se classificar por cores entre excelente, boa ou ruim, para que todos possam votar em que nível cada dimensão se encontra em sua instituição e fruto desta ampla discussão e votação se traça um Plano de Ação, buscando a melhoria dos indicadores que forem classificados como ruim.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil de 2006, podem auxiliar na construção do Plano de Ação, pois neste documento descreve ações necessárias para o desenvolvimento infantil de Qualidade:

> • brincar; • movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre; • expressar sentimentos e pensamentos; • desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão; • ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas; • diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil. (BRASIL, 2006, p. 19).

O mesmo documento complementa citando alguns direitos de nossas crianças:

> • à dignidade e ao respeito; • autonomia e participação; • à felicidade, ao prazer e à alegria; • à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social; • à diferença e à semelhança; • à igualdade de oportunidades; • ao conhecimento e à educação; • a profissionais com formação específica; • a espaços, tempos e materiais específicos. (BRASIL, 2006, p. 19).

Em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituída em 1999. Para garantir os direitos de nossas crianças se faz necessário termos professores qualificados e com condições de trabalho. Nessa diretriz apresenta a relação professor - aluno, indicando 1 professor para 6 a 8 bebês de 0 a 2 anos, 1 professor para cada 15 crianças de 3 anos e 1 professor para cada 20 crianças de 4 a 6 anos.

Complementando os documentos já citados, apresentamos algumas Metas propostas pelo Plano Nacional Educação publicado (PNE) em 2015, sua vigência está entre 2014 a 2024. No PNE é composto por 20 Metas, visando à melhoria da

Qualidade da Educação Brasileira. Apresentaremos apenas 6 Metas que se relacionam com o tema.

Na meta 1 do PNE garante a universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Na meta 15 visa garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos i, ii e iii do caput do art. 61 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Poderíamos citar a meta 16 que trata sobre o incentivo à formação em nível de Pós-Graduação, com o intuito de atingir 50% dos professores da Educação Básica. A meta 17 que relata sobre a remuneração do professor da Educação Básica, a Meta 18 que prevê um prazo de 2 anos para a implantação de Planos de Carreiras para os Profissionais da Educação Básica e Superior e por fim a Meta 20 que visa ampliar o investimento na Educação pública de 7% para 10% do PIB do País.

Após a análise dos documentos citados, fica claro que um dos indicativos para que se obtenha uma educação de qualidade se refere à formação e saberes necessários para ação educativa de qualidade.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para esse estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de campo de caráter descritiva, qualitativa e quantitativa, por meio da aplicação de um questionário contendo 9 questões objetivas, sendo 1 questão apresentando justificativa. Para dar suporte foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de aprofundar o conhecimento e confrontar com a realidade que será analisada através dos questionários.

Para Gil (2008, p. 50) “a pesquisa bibliográfica é construída a partir de pesquisas e textos já elaborados, podendo ser utilizado livros e artigos científicos”. Pádua (2000, p. 52), complementa que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do

seu tema de pesquisa". E dessa forma, pode se evidenciar a validade e a confiabilidade dos estudos através dos dados obtidos e levantados.

Na pesquisa bibliográfica para dar suporte teórico foram utilizados os seguintes autores: Lacerda; Mak (2015), Pimenta (2012), Gadotti (2013), Coleto (2014) entre outros. No tema referente à qualidade na Educação foram utilizados vários documentos oficiais como: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999), LDB 9394 (1996) e demais documentos que fundamentaram o tema em discussão.

Para coletar os dados foi aplicado 1 questionário para 6 professoras da rede Municipal de Educação Infantil do Município de Guaratuba, com o objetivo de conhecer a realidade e observar se de fato as professoras recebem o suporte necessário para desenvolver uma Educação de qualidade.

Para tanto, foi utilizada a pesquisa de campo, com uma abordagem quantitativa e descritiva. De acordo com Gil (p.131) a pesquisa descritiva auxilia na descrição dos elementos observados através do levantamento de dados, em que o pesquisador descreve com precisão estas características, utilizando métodos padronizados, podendo ser utilizado questionários ou formulários que caracterizam a natureza quantitativa.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O questionário foi distribuído para seis professoras de séries diferentes da rede Municipal de Educação Infantil (CMEI) do Município de Guaratuba - PR, onde elas se mostraram interessadas em responder as questões solicitadas sobre o tema 'Educação Infantil da Teoria à Pratica' com isso o presente estudo tem o intuito de analisar as respostas coletadas.

A primeira pergunta foi para saber quanto tempo atua na educação infantil, quatro professoras têm entre cinco a dez anos de atuação, uma professora entre dez a vinte anos, outra com cinco anos de atuação. Em relação à formação, três delas responderam ter magistério e três pós-graduação. Para Vasconcelos (2016), o profissional formado para atuar na pedagogia, atuar na docência, mediando os processos educativos e suas relações, é importante que tenha uma boa formação e atuação coerente, significativa e eficaz, podendo assim proporcionar uma Educação de qualidade. Shulman (2005) citado por Lacerda; Mak (2015) complementa quando

afirma que para ser professor deve-se dominar uma base de conhecimentos para o ensino que estruture, profissionalize a prática do processo ensino e aprendizagem. Observa-se que para o professor da educação infantil é importante ter uma formação inicial, pois é na educação infantil que se inicia todo o aprendizado escolar e este deve estar bem amparado. Por isso, além da formação inicial, é necessário que o professor também vá adquirindo e desenvolvendo práticas pedagógicas através das experiências vividas.

A terceira pergunta foi para saber se são disponibilizados os recursos necessários para que desenvolvam uma boa prática pedagógica, e quais são esses recursos, uma respondeu que não, mas não justificou, duas responderam que sim, que tem materiais pedagógicos e passeios, e três responderam que às vezes são disponibilizados alguns jogos, brinquedos, livros e alguns materiais. Porém, muitas vezes os próprios professores é que compram os materiais.

Na quarta questão foi questionado sobre os espaços físicos da instituição, se atendem às necessidades para que sejam desenvolvidas atividades diferenciadas, três responderam que, parcialmente; duas responderam que sim e uma respondeu que não. De acordo com o documento IQEI (Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), na dimensão relacionada aos Espaços, Materiais e Mobiliários, deve-se observar se os espaços e mobiliários favorecem experiências com materiais variados e acessíveis, que despertem o interesse e atendam às necessidades das crianças.

Foi questionado se o número de alunos em sala corresponde com a quantidade prevista na legislação, pois de acordo com IQEI (2009) deve-se ter 1 professor para 6 a 8 bebês de 0 a 2 anos, 1 professor para cada 15 crianças de 3 anos e 1 professor para cada 20 crianças de 4 a 6 anos, as respostas foram: quatro responderam que sim e duas responderam que não.

A sexta pergunta questiona se a equipe pedagógica dá o suporte necessário para desenvolver uma boa prática pedagógica e quais são os suportes, cinco responderam que sim, quando solicitadas e uma respondeu que não. Para Coleto (2014) é fundamental o papel da equipe pedagógica nos trabalhos realizados nas instituições infantil, onde a mesma deve acompanhar as ações do professor junto a sua turma para que possa oferecer suporte, orientação nas atividades educativas.

A sétima pergunta foi para saber se a família participa da vida escolar do seu filho, três responderam que sim, duas responderam que não e uma respondeu que às vezes. Para coleto (2014), a participação da família, implica estar presente de alguma forma nas ações realizadas pela escola e assim possa compreender o desenvolvimento do seu filho e contribuir para que a escola esteja alinhada à comunidade que está inserida, ou seja, é fundamental a participação da família para que se tenha uma escola para todos.

A oitava pergunta foi para saber se o professor participa, conhece a vida do seu aluno fora da sala de aula, quatro responderam que buscaram conhecer o contexto de cada um e duas responderam que só em sala de aula.

A nona pergunta foi para saber se os órgãos competentes ofertam a formação continuada, e quais cursos seriam: quatro responderam que sim, pois todo início e meio do ano a prefeitura oferece cursos para a formação continuada e uma respondeu, raramente. A formação continuada deveria ser ofertada com mais frequência para os professores e equipe pedagógica no decorrer do ano, já que é necessário estar sempre atualizado.

A educação infantil é a base do conhecimento e o início em que a criança já vem com seu conhecimento prévio e começa a formar suas ideias e conceitos, assim as instituições de educação infantil devem dar todo o suporte para que a criança receba uma educação de qualidade já que a educação infantil deve ser um ambiente atraente por se tratar de um espaço onde as crianças passam um período longo do dia.

A escolha do tema Educação Infantil da Teoria à Pratica foi devido a uma experiencia vivida por doze meses no qual a pesquisadora fez um estágio não obrigatório. Com o resultado do questionário e análise das respostas das entrevistadas pôde se perceber a mudança significativa no quesito teoria e prática na Educação Infantil do município de Guaratuba, pois as respostas obtidas não condizem com a realidade observada pela pesquisadora em seu estágio não obrigatório, no ano de 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estágio não obrigatório realizado no ano de 2017 observou-se na prática diária que as salas tinham mais alunos do que o previsto em lei, e segundo as

entrevistadas esta realidade vem se modificando. Em muitas situações as professoras compravam os materiais para construir suas atividades diferenciadas, nesta questão as entrevistadas apontam uma pequena mudança, pois em algumas situações ainda se faz necessária adquirir alguns materiais para sua prática pedagógica. Outra problemática vivenciada durante o estágio não obrigatório era a falta de espaço para realizar determinadas atividades, as entrevistadas ainda apontam esta problemática, pois apenas 2 afirmaram que os espaços atendem as necessidades, demonstrando que é preciso ter um olhar especial sobre esta questão, pois é fundamental ter espaços que ofereçam segurança e conforto para as crianças se desenvolverem de forma global. E por fim algo que foi vivenciado neste período de estagio foi a falta de suporte pedagógico, pois como era apenas uma estagiária e estava em processo de formação necessitava de um suporte maior, porém de acordo com as respostas obtidas, esta situação vem se modificando, pois 5 das 6 entrevistadas relatam que recebem o suporte necessário da equipe quando é solicitado.

Mas durante a pesquisa foi notório a mudança que a instituição de educação teve em relação a dar um suporte maior para seus professores, alunos e equipe pedagógica. Sobre a formação dos professores, pode-se notar que ainda não se tem uma formação acadêmica exigida nas instituições infantil, pois tendo apenas o magistério já se pode ministrar aula na educação infantil. Os dados coletados na pesquisa mostram que, apesar dos inúmeros avanços da educação infantil, como as grandes contribuições teóricas e os progressos da legislação brasileira no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade desde o seu nascimento, a realidade expõe um grande descompasso entre o que está na lei e o cotidiano de muitas instituições infantis, em especial, no que faz menção às profissionais e suas competências no magistério, principalmente a questão da formação inicial de qualidade das educadoras da Educação Infantil.

Desse modo, a partir das respostas relatadas nesta pesquisa fica claro que houve uma mudança importante em relação às informações nos documentos aqui citados, porém ainda em passos lentos, a educação precisa de um olhar a mais para que seja uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – **Lei nº. 9.394**. Brasília, 1996. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em 8 abr. de 2020.

BRASIL. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior.** Maio/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em 28 de ago. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira (1988).** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009
BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

BRASIL**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p. : il.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

COLETO. Andréa Patapoff Dal. **Percursos para a construção de indicadores da Qualidade da educação infantil.** Tese de Doutorado, 466p. Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP: 2014.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

GADOTTI, M. **A qualidade na educação: uma nova abordagem**. Florianópolis, SC: COEB, 2013

LACERDA, Lilian dos Santos; MAK, Denise. Saberes Docentes na Educação Infantil. In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2015 out. 26-29: Curitiba, PR. **Anais do Congresso Nacional de Educação** (EDUCERE). CURITIBA-PR: EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. -- 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELOS. Francisco Ullissis Paixão. **Educação Infantil**. 1 ed. Sobral: Inta, 2016. https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/200-educando/material-escolar/2188-constituicao-federal-1988-artigos-205-206-208-212-214 visitado em 28/08/2020.